

Uma sociedade saudável

Saúde

DANIEL BECKER*

Desde 1986, com a publicação da Carta de Ottawa pela OMS, o campo da Promoção da Saúde vem se deslocando progressivamente para o centro das atenções na área da saúde, tanto no setor público quanto no privado. Cada vez mais, fica evidente que o modelo biomédico, centrado no cuidado meramente curativo – vale dizer, assistência médica – não dá conta de enfrentar o adoecimento humano nos dias de hoje e, menos ainda, de promover a saúde.

Atualmente, quais são as causas de adoecimento nos grandes centros urbanos? Para pobres e ricos – igualmente, mas em medidas injustamente diferentes – o que nos adoec e mata hoje são menos os vírus e bactérias, e mais violência e criminalidade, acidentes, solidão, angústia, depressão, stress, deterioração ambiental, intoxicantes químicos, drogas lícitas e ilícitas, sedentarismo, má alimentação e comportamentos de risco. Doenças individuais podem ser vistas como a expressão final de flagelos sociais, tais como a miséria, a desonestidade e a impunidade.

Cada vez mais, o setor da saúde percebe que atuar nas consequências do adoecimento é pouco efetivo, tardio e excessivamente caro. Se nosso modo de vida, nossa sociedade, nossas cidades conspiram contra a saúde, de pouco adianta oferecer serviços médicos como resposta, mesmo que sejam excelentes. Se no Rio de Janeiro a primeira causa de morte, entre 1 e 45 anos de idade, são os homicídios e acidentes de trânsito, quantas unidades de emergência mais teremos que construir? A boa assistência médica é, sem dúvida, parte de uma estratégia de construção da saúde, mas não pode ser seu único ou principal eixo de atuação.

Aqui, entra em pauta o termo “promoção da saúde”. Atuando de forma a prevenir o adoecimento e reduzir seus fatores de risco em nossa vida individual e coletiva, podemos aprender a viver melhor, produtivamente e em boa saúde até as idades mais avançadas (um indicador recentemente introduzido na saúde pública é o de “expectativa de vida em boa saúde”).

Mais do que isso: a concepção da saúde, hoje, se amplia e se aproxima cada vez mais do concei-

to de qualidade de vida. Promover a saúde e o bem-estar é mais que prevenir doenças ou prolongar a vida. A busca da saúde pressupõe o exercício pleno da cidadania: assumir a responsabilidade individual para com sua própria saúde, e de sua família e, de maneira participativa, a da sua comunidade. Por outro lado, é preciso fazer valer seus direitos básicos, como o de obter acesso a uma série de bens essenciais, tais como moradia adequada, oportunidade de trabalho e renda, educação, informação, lazer e vida cultural, meio-ambiente adequado, saneamento, transporte acessível e seguro, paz e justiça social – e também ter um sistema de assistência à saúde universal e de boa qualidade.

Fica claro, portanto, que a promoção da saúde não pode se limitar ao discurso vazio das mudanças de estilo de vida que responsabilizam unicamente o indivíduo. Para produzir saúde socialmente, a atuação do poder público – em conjunto com a sociedade – é indispensável, promovendo a articulação dos diversos setores que, atuando de forma integrada, vão criar condições para uma vida melhor, mais prazerosa e feliz para todos, através de “políticas públicas saudáveis”. Este novo paradigma está provocando profundas transformações e polêmicas nos meios médico-científicos, e começam agora a chegar ao grande público.

Portanto, a tarefa do setor saúde não se limita mais – “apenas” – ao esforço de construir um sistema de saúde de boa qualidade, acesso universal e equitativo, capaz de atuar na promoção, proteção e recuperação da saúde. O que se vê é sua ampliação em direção a um papel articulador e integrador, dialogando interativamente com outros setores.

Este processo se dá melhor quanto maior a participação da comunidade, e quanto mais alianças abranger. Por isso, a maioria das iniciativas em promoção da saúde, hoje, se dão no nível local e se desenvolvem sob formatos como o das Cidades (ou Municípios) Saudáveis, ou programas de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável. Segundo o Ministério da Saúde, “município saudável é aquele onde todos os cidadãos encontram as condições para viver bem e se sentem integrados e participantes das decisões”.

Abordagens centradas na comunidade permitem uma participação mais democrática, criam re-

des de apoio, ampliam as parcerias e favorecem o desenvolvimento de uma visão de futuro comum. Permitem, enfim, que o setor público, dirigido pela sociedade, defina ações integradas e sustentáveis para melhorar a qualidade de vida da comunidade local, em especial de suas parcelas de menor renda.

Diversos exemplos destes processos ocorrem hoje no Rio de Janeiro, tais como o programa de Desenvolvimento Local da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP-Fiocruz), em Manguinhos, ou a Iniciativa de Santa Cruz, promovida pelo Centro de Desenvolvimento e Apoio a Programas de Saúde (Cedaps) na área de Santa Cruz, Paciência e Sepetiba, ambas com apoio da Secretaria Municipal de Saúde e de diversos parceiros locais ou regionais.

O diálogo intersetorial é uma difícil arte. Neste processo, é preciso aprender a respeitar a visão do outro e sua contribuição para a construção de soluções para nossos problemas. Apesar das dificuldades, a promoção da saúde, nesta perspectiva, pode ser uma estratégia de reconstrução da esfera pública – onde novos atores sociais são incorporados. Já estamos vendo no país profissionais de saúde, ao lado de suas clientelas, participando de fóruns de desenvolvimento econômico; denunciando desvios criminosos de recursos da saúde e educação para pagamentos de juros de dívidas com o sistema financeiro; trabalhando por um sistema judiciário melhor e mais controlado pela sociedade; por uma polícia mais eficiente; pela redução do preço de passagens ou pela fiscalização da emissão de gases pelos ônibus; pela formação de uma cooperativa de costureiras da terceira idade ou de hortas comunitárias orgânicas; por atividades esportivas para jovens favelados; pela melhoria da qualidade de ensino nas escolas; ou pelo acesso de comunidades excluídas ao mundo da informação eletrônica.

Estes médicos, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos, dentistas, agentes comunitários e também sociólogos, jornalistas, programadores, professores, artistas, técnicos ou comerciantes são, cada vez mais, profissionais da saúde. Estão contribuindo para a construção de uma sociedade melhor e uma vida de mais qualidade para todos nós.

*Médico pediatra, presidente do Centro de Desenvolvimento e Apoio a Programas de Saúde